



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

# **Programa Especial de Parcelamento - PEP**

**Eduardo José Fagundes**

**Marcia Aparecida de Andrade Freixo**

Subprocuradoria Geral do Estado

Área do Contencioso Tributário-Fiscal



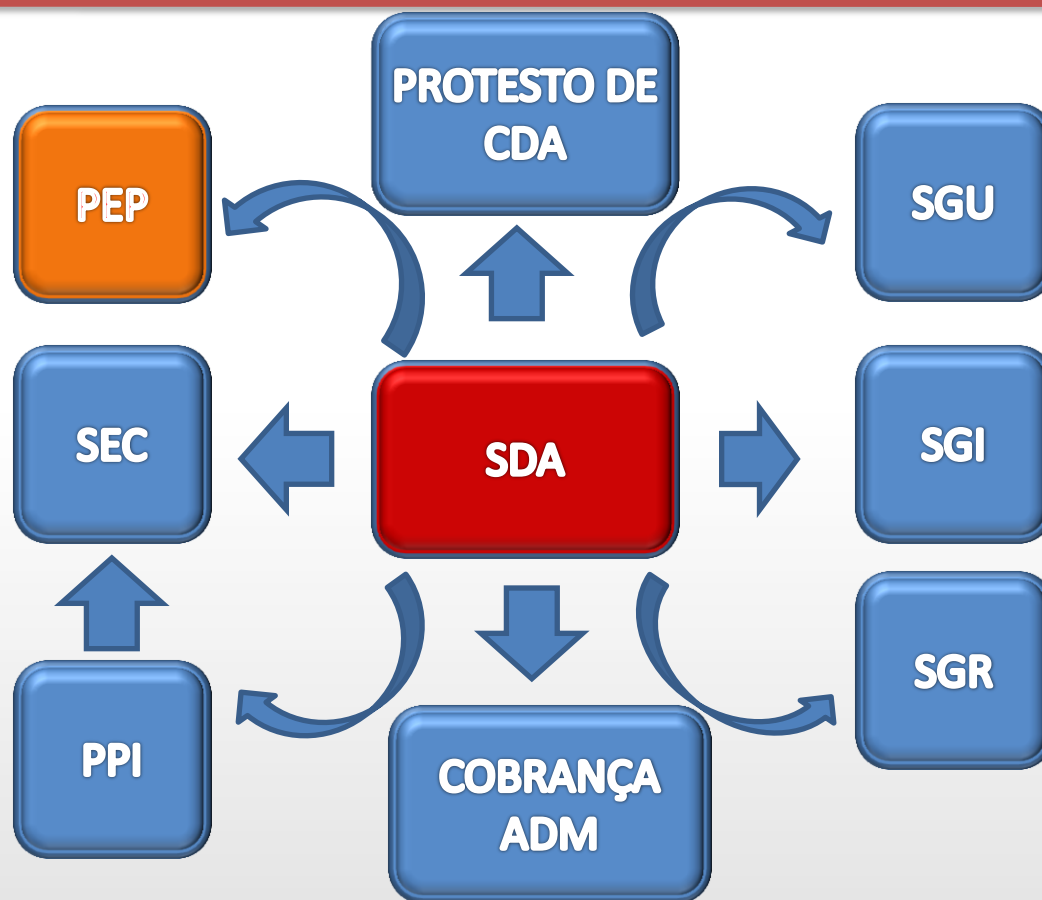
## **Legislação**

- Convênio CONFAZ nº 108, de 28 de setembro de 2012.
- Decreto Estadual nº 58.811, de 27 de dezembro de 2012, com as alterações do Decreto Estadual nº 58.921, de 27 de fevereiro de 2012.
- Resolução Conjunta SF/PGE nº 01/2013, de 28 de fevereiro de 2013.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### GABINETE DO PROCURADOR GERAL





## Parcelas com valor constante

- O acréscimo financeiro é aplicado sobre o valor parcelado com benefícios, levando-se em conta o número de parcelas escolhido.
- O valor da parcela permanecerá constante até o final do parcelamento, salvo se houver alteração no valor de algum dos débitos.



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

**Parcelas no PPI:**

**P P P P P P P P (crescentes)**

**Parcelas no PEP:**

**P P P P P P P P (constantes)**



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**



**E a migração do  
parcelamento  
ordinário?**



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**



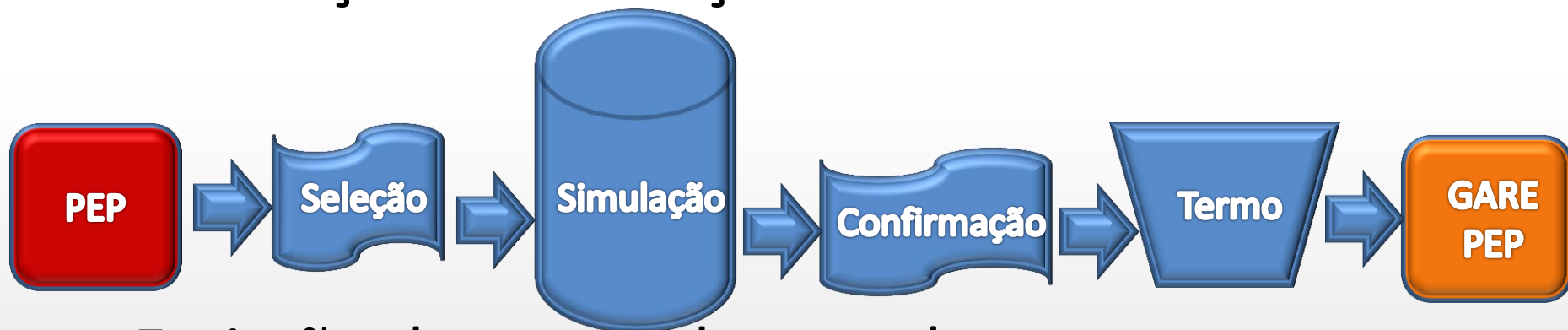
**DECRETO Nº**  
**58.921, DE**  
**27 DE**  
**FEVEREIRO**  
**DE 2013**



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL

● **Adesão no PEP ([www.pepdoicms.sp.gov.br](http://www.pepdoicms.sp.gov.br))**

- Seleção dos débitos
- Simulação das avenças



- Emissão de termo de parcelamento
- Emissão da GARE PEP





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

## **Celebração e nova adesão**

- O PEP é considerado celebrado com o recolhimento, dentro do vencimento, da primeira parcela ou parcela única.
- Caso o contribuinte efetue a adesão mas não recolha a parcela única ou a primeira parcela no vencimento, o PEP será considerado não celebrado, sendo-lhe facultado efetuar nova adesão incluindo os mesmos débitos.
- Se ocorrer a celebração e o parcelamento for rompido, não poderá ser feita nova adesão para os mesmos débitos.



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

## **Expedição de certidão de regularidade fiscal**

- Estando todos os débitos do contribuinte parcelados no PEP, poderá ser obtida a certidão positiva com efeito de negativa.
- Para fazer jus à certidão positiva com efeito de negativa o PEP deverá ter sido celebrado e não estar configurada qualquer das hipóteses de rompimento previstas no artigo 6º, inciso II, alíneas “a” até “f”, do Decreto nº 58.811, de 27 de dezembro de 2012.



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

## **Custas e despesas processuais**

- A adesão ao PEP não dispensa o recolhimento das custas e despesas processuais devidas nas execuções fiscais relativas aos débitos incluídos no parcelamento especial incentivado.
- Se forem parcelados no PEP os mesmos débitos inscritos que foram objeto de parcelamento no PPI, posteriormente rompido, as custas e despesas processuais não deverão ser novamente recolhidas.
- Nesse caso, as GARE's DR emitidas pelo Sistema podem ser desprezadas.



## **Implicações do parcelamento especial**

- Confissão irrevogável e irretratável do débito fiscal.
- Expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL

## Inclusão de débitos objeto de discussão judicial

- Débitos objeto de ação judicial ou embargos à execução fiscal podem ser incluídos no PEP, mas o contribuinte deverá comprovar a desistência das ações e dos embargos à execução fiscal, apresentando cópia protocolada das petições de desistência **no prazo de 60 dias** contados do recolhimento da primeira parcela ou parcela única. No mesmo prazo, também deverá ser comprovado o recolhimento das custas e encargos.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL

## Efeitos da adesão ao PEP nas execuções fiscais

- A adesão ao PEP não dispensa a garantia **integral** da execução fiscal (art. 8º, I, do Decreto Estadual nº 58.811/2012).
- Após o recolhimento da primeira parcela e desde que o Juízo encontre-se garantido por penhora, será requerido o sobrestamento do andamento da execução fiscal até a quitação integral do parcelamento especial incentivado.
- As baixas das execuções fiscais serão realizadas mediante petição da Fazenda do Estado de São Paulo por meio físico ou por meio eletrônico, nos casos de execução fiscal eletrônica.



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

## **Pagamentos avulsos em débitos incluídos no PEP**

- Uma vez incluído o débito no PEP, não será possível vincular recolhimentos dirigidos ao débito individualmente, com código de receita diverso do PEP.
- Também não é possível liquidar um débito incluído no PEP antes de liquidado o parcelamento.





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**



**E a verba  
honorária no  
PEP?**





## **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

### **GABINETE DO PROCURADOR GERAL**



**Verba Honorária  
no PEP = 5%**

**Débito Inscrito e  
Ajuizado**

**Todos os  
incidentes da  
execução fiscal**



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**



**Pode-se ofertar  
depósito judicial  
no PEP?**



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

## **Utilização de depósitos judiciais**

- À semelhança do PPI, o PEP também permite que o contribuinte ofereça valores existentes em depósito judicial para pagamento de todo seu débito ou parte dele.
- Para fins de abatimento, o contribuinte deverá informar em campo próprio na página do PEP do ICMS, no momento de selecionar os débitos que serão parcelados ou liquidados em parcela única, o valor atualizado dos depósitos existentes e os processos a eles relativos.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL

## Utilização de depósitos judiciais

- O valor do depósito deve estar **atualizado até a data da adesão**, pois o sistema deduzirá o valor declarado do valor do débito consolidado com benefícios, apresentando eventual saldo devedor que poderá ser pago em uma ou mais parcelas.



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

## **Quais depósitos poderão ser utilizados?**

- Somente podem ser abatidos os valores depositados pelo próprio contribuinte ou sujeito passivo em garantia da execução fiscal ou para suspender a exigibilidade do crédito tributário.
- Assim, por exemplo, não podem ser abatidos valores relativos à arrematação de bens em leilão, ativos financeiros bloqueados para garantia do Juízo, depósitos efetuados em cumprimento de decisão judicial de penhora de receitas, entre outros.



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

## **Quais depósitos poderão ser utilizados?**

- Não poderão ser abatidos os valores de depósitos judiciais caso tenha havido, na ação, decisão favorável à Fazenda Pública do Estado de São Paulo, com trânsito em julgado.
- A inclusão de depósitos judiciais em desacordo com as regras do PEP acarretará o **ROMPIMENTO DO PARCELAMENTO ESPECIAL INCENTIVADO.**





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

## **Outros procedimentos relativos ao oferecimento de depósitos judiciais no PEP**

- O contribuinte deverá autorizar a Procuradoria Geral do Estado a efetuar o levantamento dos depósitos nos autos da ação em que houver sido realizado, entregando cópia desta autorização, no prazo de 60 dias contados da celebração do parcelamento ou do pagamento da parcela única à Procuradoria responsável pelo acompanhamento da ação.



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

## **Levantamento do depósito judicial**

- Será realizado através do Sistema da Dívida Ativa.
- O Procurador do Estado verificará se o depósito pode ser aceito, nos termos do artigo 9º do Decreto nº 58.811/2012 e procederá à conferência do valor informado pelo contribuinte.
- Caso o depósito seja maior que o valor informado o sistema irá calcular proporcionalmente quanto era superior na adesão e emitir gare na mesma proporção, ficando o restante à disposição do contribuinte.
- O abatimento na conta-corrente será feito pela data da adesão ao PEP e pelo valor informado atualizado e proporcionalizado entre os débitos, com a identificação da gare (levantamento de depósito)





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**



**Pode-se ofertar  
crédito  
acumulado no  
PEP?**



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

## **Pagamento do PEP com crédito acumulado**

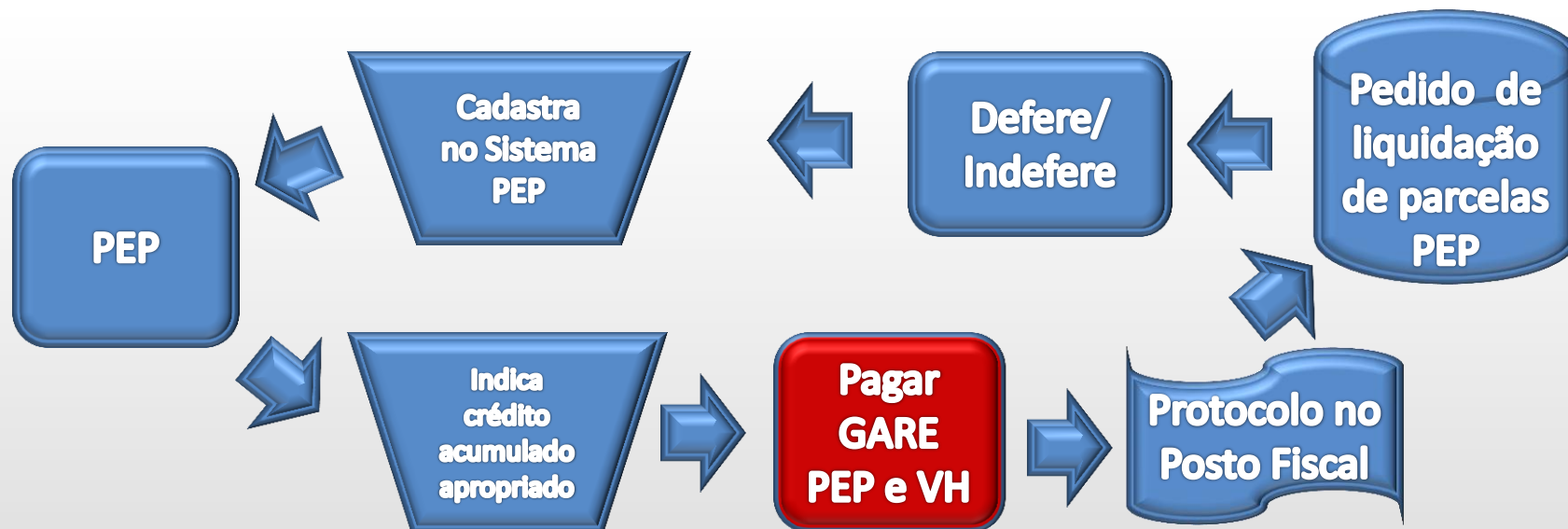
- O Decreto 58.811/2012 prevê a possibilidade de utilização de crédito acumulado para o pagamento do PEP.
- O crédito acumulado, desde que devidamente apropriado, deverá ser oferecido no site para pagamento da parcela única, antes de seu vencimento, ou de parcelas vincendas do PEP a qualquer momento.
- Não é permitido o pagamento de fração de parcela com crédito acumulado, com exceção da primeira ou da parcela única.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO GABINETE DO PROCURADOR GERAL

### Pagamento com crédito acumulado

- Valor da parcela não pode ser fracionado
- Pagar em espécie o valor complementar e verba honorária
- Protocolar documentação no Posto Fiscal no prazo de 5 (cinco) dias úteis





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO GABINETE DO PROCURADOR GERAL

# CASOS OMISSOS



Fonte: blog Josias de Souza, da Folha de SP



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO GABINETE DO PROCURADOR GERAL

### CASOS OMISSOS

- Coordenador da Administração Tributária
- Subprocurador Geral do Contencioso Tributário-Fiscal

(ambos podendo delegar)



Fonte: blog Josias de Souza, da Folha de SP



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

## Resumo das adesões:

Quantidade total de adesões realizadas		11.314	
Valor total de adesões sem benefícios do PEP		R\$ 4.426.390.746,74	
Valor total de adesões com benefícios do PEP		R\$ 3.253.894.005,66	
Parcelas	Parcelas	Adesões	Valores
	Parcela Única	7.146	R\$ 867.704.062,37
	De 2 a 24 parcelas	1.458	R\$ 82.194.889,51
	De 25 a 60 parcelas	1.215	R\$ 342.516.098,44
	De 61 a 120 parcelas	1.495	R\$ 1.961.478.955,34
		11.314	R\$ 3.253.894.005,66

Atualização : 22/04/2013 12h30min



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

## **Resumo da Arrecadação:**

<b>GAREs recebidas até 18-abr-2013</b>	
<b>Principal</b>	R\$ 257.205.433,52
<b>Juros de Mora</b>	R\$ 241.348.380,50
<b>Multa de Mora</b>	R\$ 68.733.615,91
<b>Acréscimo Financeiro</b>	R\$ 134.375,56
<b>Honorários Advocatícios</b>	R\$ 17.969.777,95
<b>Valor Total</b>	R\$ 585.391.583,44





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO GABINETE DO PROCURADOR GERAL



Quais são os  
mandamentos do  
PEP?





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

## **OS MANDAMENTOS DO PEP**

- Aproximação com o contribuinte



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

## **OS MANDAMENTOS DO PEP**

- Aproximação com o contribuinte
- Legalidade



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

---

## **OS MANDAMENTOS DO PEP**

- Aproximação com o contribuinte
- Legalidade
- Extinção das execuções fiscais em lote



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

## **OS MANDAMENTOS DO PEP**

- Aproximação com o contribuinte
- Legalidade
- Extinção das execuções fiscais em lote
- Gestão segura do parcelamento



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

## **OS MANDAMENTOS DO PEP**

- Aproximação com o contribuinte
- Legalidade
- Extinção das execuções fiscais em lote
- Gestão segura do parcelamento
- Relatórios gerenciais



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

## **OS MANDAMENTOS DO PEP**

- Aproximação com o contribuinte
- Legalidade
- Extinção das execuções fiscais em lote
- Gestão segura do parcelamento
- Relatórios gerenciais
- Inovação – parcelas constantes



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

## **OS MANDAMENTOS DO PEP**

- Aproximação com o contribuinte
- Legalidade
- Extinção das execuções fiscais em lote
- Gestão segura do parcelamento
- Relatórios gerenciais
- Inovação – parcelas constantes
- Aprimoramento dos trabalhos SEFAZ/PGE



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

## **OS MANDAMENTOS DO PEP**

- **A**proximação com o contribuinte
- **L**egalidade
- **E**xtingão das execuções fiscais em lote
- **G**estão segura do parcelamento
- **R**elatórios gerenciais
- **I**novação – parcelas constantes
- **A**primoramento dos trabalhos SEFAZ/PGE





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

# **Programa Especial de Parcelamento**



**MUITO OBRIGADO !**



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

---

Muito obrigado.

**Eduardo José Fagundes**  
**Marcia Aparecida de Andrade Freixo**  
Subprocuradoria Geral do Estado  
Área do Contencioso Tributário-Fiscal